

ESTADO DE SÃO PAULO

CONTRATO N. 10/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA E A EMPRESA IDS-INSTITUTO DE DIAGNÓSTICO SOROCABA LTDA, DESTINADO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APLICAÇÃO E ANÁLISE DO TESTE RÁPIDO DE SOROLOGIA DO COVID-19, NOS SENHORES VEREADORES, SERVIDORES E COLABORADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

Entre a **Câmara Municipal de Sorocaba**, C.N.P.J\M.F. n.º 50.333.616/0001-52, com sede nesta cidade à Av. Eng.º Carlos Reinaldo Mendes n.º 2945 – Alto da Boa Vista – Sorocaba - SP, denominada simplesmente CÂMARA, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Fernando Alves Lisboa Dini, portador do RG n.º 21.454.999-9 e CPF n.º 122.845.768-93, e a empresa **IDS - Instituto de Diagnóstico Sorocaba Ltda**, C.N.P.J. n.º 01.611.259/0001-31, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, n.º 1001, Centro, na cidade de Sorocaba/ SP neste ato representada pelo Sr. Claudio Pereira Miranda, portador do R.G. n.º 11.944.800 e C.P.F. n.º 086.157.848-17, denominada simplesmente CONTRATADA, é lavrado o presente contrato, nos termos do Processo de Dispensa de Licitação S-130/2020 e da Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações, conforme normas e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA 01 - DO OBJETO

- **1.1.** Visa o presente a Contratação de empresa especializada no fornecimento com aplicação e análise do teste rápido COVID-19 de sorologia, para detecção de anticorpos IGM e IGG anti-COVID 19, a ser aplicado nos Senhores Vereadores, servidores e colaboradores da Câmara Municipal de Sorocaba.
- **1.2**. O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum de fornecimento de testes com coleta e análise laboratorial do material coletado.

CLÁUSULA 02 - DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

2.1. Faz parte deste contrato a proposta apresentada pela contratada, no que não for contrário aos termos aqui estabelecidos e o Termo de Referência do Anexo I.

CLÁUSULA 03 – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1 – O serviço será adquirido de acordo com a demanda do órgão, com um consumo mínimo de 100 (cem) testes e um consumo máximo de 235 (duzentos trinta e cinco) testes.



ESTADO DE SÃO PAULO

- 3.1.2. A presente contratação adotará como regime de execução a de empreitada por preço unitário. O valor deverá ser cobrado pelo número de testes efetivamente aplicados.
- 3.1.3. A Administração não tem compromisso em adquirir os itens em sua totalidade.
- 3.2. A coleta dos testes será realizada nas dependências do órgão e os resultados deverão ser disponibilizados à Câmara Municipal de Sorocaba em até 01 dia útil, que repassará as informações para os servidores.
- 3.3. A aplicação dos testes será realizada de segunda a sexta-feira, nos horários das 9h às 12h e das 14h às 17h, de forma em que não aconteça aglomeração, respeitando as orientações de enfrentamento ao COVID-19 e normativo interno do órgão.
 - 3.3.1. O período de que trata o item anterior poderá ser alterado (antecipado ou adiado) no interesse da Administração.
 - 3.3.2. Os testes devem ser acondicionados em embalagens aprovadas pelo Ministério da Saúde, protegidas e transportados conforme as normas técnicas emitidas pelos órgãos de saúde e as especificações do fabricante;
 - 3.3.3. Os resultados dos testes deverão ser entregues à medida que for solicitado pelo Órgão, sendo prevista a realização de 02 (dois) dias de coleta de material, a ser agendado em data oportuna para a Câmara Municipal de Sorocaba.
- 3.4. No ato da coleta de material, deverá ser realizado um cadastro de cada beneficiário contendo as seguintes informações: nome e lotação.
 - 3.4.1. A quantidade de testes aplicados será de acordo com a demanda do quantitativo de servidores que se apresentarem para coleta de material.
- 3.5. A aceitação definitiva do objeto será realizada após a verificação da quantidade de testes fornecidos e aplicados, bem como concluída a etapa de análise dos mesmos, a qualidade dos serviços prestados e a observância das exigências contidas neste Termo de Referência.
 - 3.5.1. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, fornecimento ou serviço executado em desacordo com o contratado.
- 3.6. No fornecimento e aplicação dos testes, deverá estar incluído todos os materiais necessários, tais como: algodão, álcool, seringas descartáveis, caixa para descarte de perfurocortantes, luvas, equipamentos de segurança individual-EPIs, material necessário para o correto acondicionamento dos testes e demais produtos utilizados para a atividade.
- 3.7. Não será permitida a subcontratação do objeto.

CLÁUSULA 04 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 A Empresa Contratada compromete-se a efetuar:



ESTADO DE SÃO PAULO

- 4.1.1. O manuseio adequado dos testes;
- 4.1.2. O descarte seguro de agulhas e demais produtos e resíduos utilizados nas atividades de coleta do material, de acordo com as normas específicas;
- 4.1.3. A aplicação dos testes com padrões de assepsia indicados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- 4.1.4. A aplicação realizada por profissionais habilitados, conforme as normas técnicas do Ministério da Saúde;
- 4.1.5. A fornecer testes com o registro no Ministério da Saúde ou no órgão competente designado.
- 4.1.6. O transporte e armazenados de acordo com as normas de conservação do Ministério da Saúde.
- **4.2.** A contratada deverá responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante;

CLÁUSULA 05 - DA GARANTIA

- **5.1.** O prazo de garantia do serviço será durante todo o período de execução contratual.
- **5.2.** A CÂMARA rejeitará, no todo ou em parte, o objeto que estiver em desacordo com o Contrato.
- **5.3**. A contratada é obrigada a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

CLÁUSULA 06 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- **6.1.** O pagamento será efetuado após o recebimento do objeto e mediante a apresentação da respectiva nota fiscal.
- **6.1.1**. O prazo máximo para efetivação do pagamento será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de liberação da nota fiscal pelo fiscalizador do contrato.
- **6.1.2**. O pagamento mencionado no item anterior será feito somente através de conta corrente da contratada, valendo como recibo o comprovante de depósito.
- **6.1.3**. Deverá constar do Documento Fiscal o número do processo de compra, bem nome de banco, agência e número de conta corrente.
- **6.1.4**. A contagem do prazo de vencimento do Documento Fiscal dar-se-á somente após a data de liberação e não da data de sua emissão.



ESTADO DE SÃO PAULO

- **6.1.5.** A contratada deverá emitir notas fiscais distintas ou com campos distintos, para discriminação dos serviços e equipamentos, visando o recolhimento dos respectivos tributos.
- **6.2**. Se forem constatados erros no Documento Fiscal, desconsiderar-se-à a data de vencimento previsto, até que o erro seja corrigido. O pagamento será efetuado no 5º (quinto) dia útil após a apresentação dos documentos corrigidos.
- **6.2.1**. Se o erro for da contratada, o valor do Documento Fiscal não será corrigido entre o período de vencimento previsto e o efetivo pagamento.
- **6.3**. A Câmara reserva-se o direito de descontar do valor do Documento Fiscal os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais.
- **6.3.1**. A contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar os possíveis atrasos de pagamento, no tempo previsto na art. 78, inciso XV, da Lei Federal n.º 8.666/93.
- **6.4**. Por eventuais atrasos de pagamentos não ocasionados pela contratada, a Câmara realizará a remuneração pelo índice de correção de caderneta de poupança, conforme o art. 1º-F da Lei Federal n.º 9.494, de 1997.
- **6.5**. A pessoa jurídica e o empresário individual, prestadores de serviços estabelecidos ou domiciliados em outro Município ou no Distrito Federal, que emitirem nota fiscal de serviço ou outro documento fiscal equivalente, são obrigados a efetuarem inscrição no Cadastro de Empresas não Estabelecidas no Município (CENE), em cumprimento às disposições da Lei Municipal n.º 11.230, de 4 de dezembro de 2015, bem como Instrução Normativa SEF/DFT n. 03, de 11 de agosto de 2017.
- **6.6**. No caso da contratada estar em situação de **recuperação judicial**, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial.
- **6.7**. No caso da contratada estar em situação de **recuperação extrajudicial**, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.
- **6.8** A não apresentação das comprovações de que tratam as cláusulas anteriores assegura ao contratante o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos seguintes.

CLÁUSULA 07 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1 — O prazo contratual será de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos limites legais previstos pelo artigo 57 da Lei 8.666/93



ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA 08 - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

8.1. As despesas com a execução deste contrato correrão por conta da dotação do orçamento vigente, código 3.3.90.39.00.

CLÁUSULA 09 – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES E SANÇÕES

- 9.1. Quem apresentar documentação falsa exigida para o processo de compra, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportarse de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sofrerá as penalidades deste contrato e da Lei 8.666/93
- 9.2. Nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, serão aplicadas à contratada as seguintes penalidades, separada ou conjuntamente:
- I Advertência, nos casos de inexecução parcial com consequências de menor gravidade à Câmara Municipal de Sorocaba:
- II Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela que der causa, no caso de inexecução parcial;
- III Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou reincidência de inexecução parcial;
- IV Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Sorocaba, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- V Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante o Presidente da Câmara, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 9.3. Nos termos do art. 86 da Lei 8.666/93, o atraso injustificado na execução da obrigação de serviço, obra ou entrega de materiais, sujeitará a contratada à multa de mora, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado na ata de registro de preços, na seguinte proporção:
- I Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia sobre o valor da parcela que der causa, limitada a incidência a 10 (dez) dias corridos; ou
- II Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela que der causa, em caso de atraso com período superior ao previsto no inciso anterior;
- 9.4. As multas referidas nesta cláusula não impedem a aplicação de outras sanções previstas na Lei 8.666/93 e no contrato.



ESTADO DE SÃO PAULO

inexecução parcial, a Câmara reterá, preventivamente, o valor da multa dos eventuais créditos que a contratada tenha direito, até a decisão definitiva, assegurada a ampla defesa.

- 9.5.1. Se esta Câmara decidir pela não aplicação da multa, o valor retido será devolvido à contratada devidamente corrigido pelo IPCA/IBGE.
- 9.6. As importâncias relativas às multas poderão ser descontadas dos Documentos Fiscais emitidos pela contratada.
- 9.7. Caso a contratada tenha prestado garantia e esta for insuficiente para cobrir o valor da multa, será retida a diferença, nos termos disciplinados no item 8.6.
- 9.8. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da(s) próxima(s) parcela(s) de preço a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros monetários de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.
- 9.9. Decorrido o prazo determinado para quitação da multa sem o devido recolhimento, a Câmara informará o débito à Dívida Ativa do Município de Sorocaba.
- 9.10. Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste contrato e nas normas legais, realizar-se-á comunicação escrita à contratada e a publicação no órgão de imprensa oficial do Município (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constatando fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.
- 9.11. As penalidades previstas no edital e neste contrato poderão ser aplicadas ao infrator durante o prazo de garantia técnica ofertada pela contratada, independente do término da vigência do contrato.
- 9.12. Para efeito de tempestividade, a manifestação da notificada, quando exigida, deverá ser assinada pelo responsável da contratada, com a devida identificação (nome, CPF e cargo), e apresentada em uma das seguintes formas:
- a) Protocolada no setor de Protocolo da Câmara Municipal de Sorocaba, ficando a validade do procedimento condicionada à data e horário emitidos pelo setor.
- b) Enviada para o e-mail licitacoes@camarasorocaba.sp.gov.br, ficando a validade do procedimento condicionada à data e horário da confirmação de recebimento pelo servidor público usuário do e-mail citado.
- b₁) Para efeito de comprovação do envio do documento ao e-mail citado, caso houver dúvida, caberá ao remetente apresentar a Confirmação de entrega (garantindo que a mensagem foi entregue ao servidor do e-mail de licitacoes@camarasorocaba.sp.gov.br) ou a Confirmação de leitura (garantindo que o servidor público usuário do citado e-mail visualizou a mensagem.
- c) Enviada por via postal, ficando a validade do procedimento condicionada à data de postagem na agência dos Correios (conforme o §4º, art. 1003, da Lei Federal n.º 13.105, de 16



ESTADO DE SÃO PAULO

de março de 2015).

9.12.1. O prazo para recebimento da manifestação vencerá às 17:00 do último dia do respectivo período.

CLÁUSULA 10 - DA RESCISÃO

- 10.1. A rescisão dar-se-á desde que, ocorra falência, dissolução da contratada ou deixe a mesma de cumprir qualquer exigência deste contrato, ficando a rescisão neste caso a critério da Câmara.
- 10.2. A rescisão dar-se-á, também, automática e independentemente de qualquer aviso judicial ou extrajudicial, caso ocorra alguma das hipóteses elencadas no Artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 10.3. A aplicação das penalidades supra não exonera o inadimplente de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

CLÁUSULA 11 - DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO EM CASO DE RESCISÃO

11.1. Em caso de rescisão, a CONTRATADA reconhece integralmente os direitos da CÂMARA, previstos no artigo 77 da Lei Federal 8.666/93 alterada pela Lei Federal 8.883/94, sem prejuízo de indenização por perdas e danos que a rescisão possa acarretar.

CLÁUSULA 12 – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. O presente contrato é regido pelas normas da Lei n.º 8.666/93 e, nos casos omissos, subsidiariamente pelo Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA 13 – DAS CONDIÇÕES DA HABILITAÇÃO

13.1 - Fica a CONTRATADA obrigada a manter durante toda a execução deste contrato todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas por ocasião do processo de dispensa de licitação.

CLÁUSULA 14 - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1 - Em conformidade com o art. 67 e seus parágrafos, da Lei h.º 8.666/93, será designado o Chefe de Secão de Recursos Humanos, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato. O fiscalizador poderá designar outros funcionários para auxiliá-lo no exercício da fiscalização.

14.2 - O fiscal do contrato será responsável por:

Av. Engº Carlos Reinaldo Mendes, 2945 — Alto da Boa Vista — CEP 18013-904 — Sorocaba SP — (15) 3238-1111 canal 61.3



ESTADO DE SÃO PAULO

- a) Acompanhar a execução do objeto, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes do contrato;
 - b) Orientar a contratada quanto ao cumprimento da cláusula 4 deste contrato;
- c) Acompanhar o prazo de garantia do serviço, bem como tomar providências necessárias para acioná-la;
 - d) Atestar as notas fiscais/faturas;

CLÁUSULA 15 - DO VALOR TOTAL DO CONTRATO

15.1 - É dado ao presente contrato o valor total de R\$ 33.300,00 (trinta e três mil e trezentos reais), correspondente ao valor de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) cada teste e R\$ 400,00 (quatrocentos reais) pelos 2 dias de aplicação.

CLÁUSULA 16 - DO FORO

16.1 - Elegem o Foro da Comarca de Sorocaba para a solução de quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento de Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para fíns e efeitos legais.

Sorocaba, 20 de agosto de 2020.

FERNANDO ALVES LISBOA DINI

Presidente da Câmara

CLAUDIO PEREIRA MIRANDA

IDS - Instituto de Diagnóstico Sorocaba Ltda

DE ACORDO
Assessoria de Licitações e Contrato

DE ACORDO

Secretaria de Gestão Administrativa



ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

- 1. Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento com aplicação e análise do teste rápido COVID-19 de sorologia, para detecção de anticorpos IGM e IGG anti-COVID 19, a ser aplicado nos Vereadores, servidores e colaboradores da Câmara Municipal de Sorocaba. conforme condições quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.1. O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum de fornecimento de testes com coleta e análise laboratorial do material coletado.

1.2. Quantitativo:

1.2.1. O serviço será adquirido de acordo com a demanda do órgão, com um consumo mínimo de 100 (cem) testes e um consumo máximo de 235 (duzentos trinta e cinco) testes.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		VALOR UNITÁRIO
Fornecimento com aplicação e análise do teste rápido COVID-19 de sorologia, para pesquisa de anticorpos, obtido	Mínimo: testes	100	
através da coleta de sangue do paciente, especificando-se a presença de anticorpos IGM e IGG	Máximo: testes	235	

- 1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a de empreitada por preço unitário. O valor deverá ser cobrado pelo número de testes efetivamente aplicados.
- **1.3.1.** A Administração não tem compromisso em adquirir os itens em sua totalidade.
- 1.4. A proposta deverá englobar todos os custos com pessoal treinado para a coleta e análise do material, bem como todos os EPIs necessários apara a segurança dos mesmos.
- 1.5. A coleta dos testes deverá ser realizada nas dependências do órgão e os resultados deverão ser disponibilizados à Câmara Municipal de Sorocaba em até 02 (dois) dias úteis, que repassará as informações para os servidores.

1.6. Os testes deverão

- 1.6.1. Ser aplicados com padrões de assepsia indicados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- 1.6.2. Ser aplicados por profissionais habilitados, conforme as normas técnicas do Ministério da Saúde;
 - 1.6.3. Ter registro no Ministério da Saúde ou no órgão competente designado.
- 1.6.4. Ser transportados e armazenados de acordo com as normas de conservação do Ministério da Saúde.
- 1.7. A Câmara Municipal de Sorocaba poderá solicitar da empresa as comprovações dos subitens dispostos no item 1.6 deste termo de referência.

2. Modo de execução:

Av. Engº Carlos Reinaldo Mendes, 2945 — Alto da Boa Vista — CEP 18013-904 — Sorocaba — SP — (15) 3238-1111 canal 61.3 camarasorocaba.sp.gov.br



ESTADO DE SÃO PAULO

- 2.1. O objeto deste Termo de Referência constitui-se em:
- **2.1.1.** Fornecimento com aplicação e análise dos testes COVID 19, incluindo todos os materiais necessários, tais como: algodão, álcool, luvas, equipamentos de proteção e segurança e demais produtos utilizados nas atividades laboratoriais;
- 2.1.2. Manuseio adequado dos testes:
- **2.1.3.** Descarte seguro de agulhas e demais produtos e resíduos utilizados nas atividades de coleta do material, de acordo com as normas específicas;
- **2.1.4.** Os testes devem ser acondicionados em embalagens aprovadas pelo Ministério da Saúde, protegidas e transportados conforme as normas técnicas emitidas pelos órgãos de saúde e as especificações do fabricante;
- **2.1.5.** Os resultados dos testes deverão ser entregues a medida que for solicitado pelo Órgão, sendo prevista a realização de 02 (dois) dias de coleta de material, a ser agendado em data oportuna para a Câmara Municipal de Sorocaba.
- **2.2.** A aplicação dos testes será realizada de segunda a sexta-feira, nos horários das 9h às 12h e das 14h às 17h, de forma em que não aconteça aglomeração, respeitando as orientações de enfrentamento ao COVID-19 e normativo interno do órgão.
- **2.2.1.** O período de que trata o item anterior poderá ser alterado (antecipado ou adiado) no interesse da Administração.
- **2.2.2.** No ato da coleta de material, deverá ser realizado um cadastro de cada beneficiário contendo as seguintes informações: nome e lotação.
- **2.2.3** A quantidade de testes aplicados será de acordo com a demanda do quantitativo de servidores que se apresentarem para coleta de material.
- **2.3.** A aceitação definitiva do objeto será realizada após a verificação da quantidade de testes fornecidos e aplicados, bem como concluída a etapa de análise dos mesmos, a qualidade dos serviços prestados e a observância das exigências contidas neste Termo de Referência.
- **2.4.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, fornecimento ou serviço executado em desacordo com o contratado.
- **2.5.** No fornecimento e aplicação dos testes, deverá estar incluído todos os materiais necessários, tais como: algodão, álcool, seringas descartáveis, caixa para descarte de perfurocortantes, luvas, equipamentos de segurança individual-EPIs, material necessário para o correto acondicionamento dos testes e demais produtos utilizados para a atividade.
- 2.6. Não será permitida a subcontratação do objeto.

3. Obrigações da contratada:

- **3.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- **3.1.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia ou validade, quantidade de testes aplicados e o valor da execução.



ESTADO DE SÃO PAULO

- **3.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990):
- **3.1.3.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- **3.1.4.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a coleta dos testes ou a entrega dos resultados, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- **3.1.5.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- **3.1.6.** Submeter-se às normas de acesso e circulação permitidas nas dependências da contratante.
- **3.1.7.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, em conformidade com o art. 69 da Lei 8.666/93.
- **3.1.8.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, em conformidade com o art. 70 da Lei 8.666/93.
- **3.1.9.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, em conformidade com art. 71 da Lei 8.666/93.

3.2. Quanto aos kits de teste para COVID 19:

- **3.2.1.**Transportar e armazenar os testes de acordo com as normas de conservação do Ministério da Saúde.
- **3.2.2.** Manter equipamento para controle da temperatura, conforme padrões estabelecidos pela Fundação Nacional de Saúde/FUNASA, e as especificações do fabricante;
- 3.2.3. Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e aplicação dos testes fornecidos;
- **3.2.4.** Manter os testes em temperatura adequada a sua total conservação, durante o transporte e armazenamento que anteceder o ato da aplicação, transportadas observando as especificações do fabricante;
- **3.2.5.** Fornecer os testes devidamente acondicionadas de forma a preservar sua qualidade e validade, dentro dos padrões estabelecidos pelas normas de biossegurança da Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA.

3.3. Quanto à aplicação:

- **3.3.1.** Praticar padrões de assepsia indicados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária na aplicação de testes para COVID 19;
- **3.3.2.** Proceder à aplicação dos testes com profissionais habilitados e treinados, conforme as normas técnicas da Fundação Nacional de Saúde/FUNASA;
- **3.3.3.** Orientar os beneficiários do teste sobre as condições, uso, procedimentos e aplicabilidade dos mesmos.



ESTADO DE SÃO PAULO

3.4. Quanto à documentação:

- **3.4.1.** Apresentar, em até 24 horas antes do início da aplicação dos testes, Termo de Responsabilidade Técnica, perante a autoridade sanitária local, devidamente preenchido e assinado pelo Médico Responsável do estabelecimento.
- **3.4.2.** Apresentar, em até 24 horas antes do início da aplicação dos testes, relação nominal da equipe de profissionais treinados e encarregados de executar os serviços de testagem com os respectivos comprovantes de registros nos Conselhos Profissionais;
- **3.4.3.** Apresentar licença sanitária emitida pelo órgão competente de vigilância sanitária, que comprove liberação específica para atuar no ramo de fornecimento e aplicação de exames laboratoriais, nos termos do art. 3º da Portaria Conjunta ANVISA/FUNASA n.º 01, de 02 de agosto de 2000.

3.5. Quanto ao descarte:

3.5.1. Realizar o serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos da aplicação dos testes, dentro das normas exigidas pela ANVISA e CONAMA, retirando todo o lixo e sobra de material das dependências da Câmara Municipal de Sorocaba no mesmo dia da aplicação.

3/



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.611.259/0001-31 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSC		O DATA DE ABERTURA 31/12/1996	
NOME EMPRESARIAL IDS INSTITUTO DE DIAGN	OSTICO SOROCABA LTDA.			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NI IDS INSTITUTO DE DIAGN			PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVID 86.40-2-99 - Atividades de	ADE ECONÔMICA PRINCIPAL serviços de complementação diag	nóstica e terapêutica não esp	pecificadas anteriormente	
86.40-2-06 - Serviços de re 86.40-2-07 - Serviços de d 86.40-2-08 - Serviços de d 86.40-2-09 - Serviços de d 86.30-5-02 - Atividade méd 86.40-2-02 - Laboratórios	iagnóstico por imagem sem uso de iagnóstico por registro gráfico - EC iagnóstico por métodos ópticos - e dica ambulatorial com recursos par clínicos iagnóstico por imagem com uso de	G, EEG e outros exames aná ndoscopia e outros exames a a realização de exames comp	ologos análogos olementares	
206-2 - Sociedade Empres		NÚMERO COMPLEMENT		
AV PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA		1001 COMPLEMENT	10	
1	AIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SOROCABA	UF SP	
ENDEREÇO ELETRÔNICO LEGALIZACAO@ZDAUDITORIA.COM.BR		TELEFONE (15) 3233-5737		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVE	EL (EFR)			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 12/06/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTR	AL			
SITUAÇÃO ESPECIAL			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ********	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 07/07/2020 às 09:31:21 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1